

II CINAB, VII SIALA e IV CNAB: Direitos Humanos e Políticas Públicas

GT Africanidades e Brasilidades: em Educação e Relações Étnico-raciais

Rememorando caminhos: proposta para um ensino descolonizado na comunidade remanescente quilombola de Volta Miúda-BA

Raíssa Félix*

Joceneide Cunha**

A colonialidade informa um conjunto de características e perspectivas que localizam o sujeito em estado de subalternidade, ou preterido, em relação à paradigmas histórico-culturais que não lhes sejam inerentes, mas contextuais e impositivos. Assim, ao estabelecer-se hegemonias a exemplo do modelo de ensino, da linguagem considerada “científica”, ou do padrão comportamental ou estético dos indivíduos, têm-se a manutenção de um vínculo deletério que resistiu (e resiste) à independência política declarada pelas colônias, para com os invasores. Estes, por meio da história e cultura, dentre outras manifestações, perpetuam a sua influência na formação dos sujeitos e, ao afetar a sua identidade, maculam continuamente o estado de liberdade e a realização da cidadania nas ex-colônias.

Argumenta-se que, conforme a definição prolatada por Boaventura de Sousa Santos (2009), tais padrões – linhas abissais – definem dicotomias excludentes, fazem erigir não-existências alimentadas pelo modo dominante com que as nações interpretam seu passado, determinando o posicionamento no presente e comprometendo a construção de um futuro libertário. Decerto, “todos os indivíduos são activos na construção das suas representações; no entanto, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no processo de negociação das representações”, (CABECINHAS & NHAGA, 2008, p. 114). Assim, refletindo sobre a ciência, especialmente sobre os instrumentos utilizados para auxiliar o ensino e transmitir o “conhecimento”, verifica-se uma densa carga de

* Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, raissafelix.adv@gmail.com.

** Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professora da Universidade do Estado da Bahia, DCHT- Campus XVIII, Eunápolis, Brasil, jocunha@uneb.br.

colonialidade, e manifesta-se a urgente necessidade da construção de alternativas descolonizadas.

Colonizador, presente!

O contexto em que se propõe a rememoração de caminhos, para concepção de uma proposta de ensino descolonizado, é a comunidade remanescente quilombola Volta Miúda, no extremo sul da Bahia, município de Caravelas, onde a identificação do colonizador dentro da sala de aula, por meio de voz ativa nos livros didáticos, acende um alerta sobre a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Lá, a Escola Municipal Dr. Sócrates Ramos conta com duas salas multisseriadas que reúnem os estudantes 1º e 2º anos e 3º, e 4º e 5º anos, todas turmas do Ensino Fundamental I, onde o ensino de História se dá por meio da coleção Projeto Buriti, organizada pela Editora Moderna.

Analisando-se os livros, é fácil perceber a representação imagética da cor e características fenotípicas atribuídas aos negros e afrodescendentes compondo as imagens e figuras com peles amarronzadas, cabelos encaracolados. Contudo, a leitura dos textos verbais, constroem os povos africanos que foram escravizados pelos portugueses e trazidos forçadamente ao Brasil, em posição acovardada, subserviente ao homem branco, e passiva – para não dizer ausente – na história da constituição do país. Estes homens e mulheres retratados são, em verdade, os ascendentes primários das crianças que leem e absorvem estes conceitos, vulneráveis a facilmente assimilar a si próprios nestes termos.

Em um dos trechos, onde o assunto abordado são “Os engenhos”, lê-se que “Portugal decidiu montar, no Brasil, engenhos para plantar cana e produzir açúcar, artigo que era muito valorizado na Europa daquela época” (Projeto Buriti, História, 4º ano, 2013). Observa-se que não há qualquer relação à violência que esta *decisão* de Portugal implicou aos habitantes natos do território colonizado e, em seguida, ao informar que os “africanos escravizados” foram “trazidos” pelos portugueses para trabalhar nas plantações e nos engenhos, o narrador oculta a ação deletéria dos colonizadores, que foram os verdadeiros agentes escravizadores.

No que tange às “condições de vida dos negros escravizados”, o livro retrata que os negros eram responsáveis por realizar atividades “pesadas”, tais como derrubar a mata, preparar o solo, colher a cana, cortar a lenha, construir cercas e poços. E definem a senzala como “a casa onde moravam”, sem higiene ou conforto. Ao contar sobre as condições de

trabalho, a oração é composta com a ocultação do sujeito, “os negros escravizados eram submetidos a várias formas de violência, como castigos físicos e até a morte” (Projeto Buriti, História, 4º ano 2013), ressaltando que alguns não suportavam e fugiam e, quando recapturados, sofriam com mais castigos.

Chama atenção a linguagem simplificada, que à primeira vista pode soar leve ou inofensiva, contudo, assume voz ativa e objetiva ao situar o lugar dominante do homem branco, “Todos obedeciam ao senhor de engenho. A família proprietária do engenho morava na casa-grande. O dono da fazenda, chamado senhor de engenho, era a autoridade máxima local. Todos deviam obediência a ele” (Projeto Buriti, História, 4º ano 2013). Aqui, não há margem para negociações, todos deviam obediência.

Conhecimento para desconstrução da colonialidade

O professor argentino Walter Mignolo explica que a “‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento” (MIGNOLO, 2004, p. 669), e, portanto, dado esse caráter intrínseco e indissociável entre a natureza humana e a linguagem, se a colonialidade afeta o conhecimento, instala-se a colonialidade do próprio ser.

A escritora Chimamanda Ngozi Adichie, em uma palestra TED, em 2009, prolatou:

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar de uma história única sem falar sobre poder (...) Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (...) A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade. (TED, ADICHIE, Os perigos de uma história única, 2009)

Como fazer com que outras histórias estejam dentro das salas de aula, minando a voz ativa de um sistema político dominante, que nega as violências perpetradas contra negros e índios? Deste questionamento, surge a proposta da criação de um livro paradidático,

composto por perfis biográficos de anciãos da comunidade remanescente quilombola de Volta Miúda, a fim de expressar memórias silenciadas pelo/no sistema formal de ensino. Cabecinhas e Nhaga explicam que a perspectiva do observador modifica a forma com que um conflito ou fato histórico é retratado, enquanto as vítimas tendem a enfatizar o peso da injustiça de forma a buscar reparações morais ou políticas, “o grupo que cometeu essa injustiça tende a ‘esquecer’, ou seja, silenciar activamente esse passado de forma a proteger a sua auto-estima”, (CABECINHAS & NHAGA, 2008, p. 114). A memória e, por consequência, os livros, são instrumentos de poder.

Ciência não-extrativista para um ensino descolonizado

Nesse ensejo, a rememoração de caminhos é concebida como um processo de reconstrução histórica, um exercício libertário

que implica quebrar o pacto de silêncio sobre o passado escravo, celebrado entre os cidadãos brasileiros livres em plena vigência da escravidão (...) apresenta-se paradoxalmente como caminho possível para reverter tal processo de hierarquização cristalizado no tempo e instaurar um universalismo almejado, mas não verdadeiramente atingido, desde o século retrasado. (MATOS & ABREU, 2004, p. 19)

Dada a complexidade da colonialidade instaurada nos métodos e conteúdos de aprendizagem, a construção de um instrumento descolonizado, que possibilite ou auxilie o ensino da história e cultura afrobrasileira prescinde da compreensão dos aspectos que reproduzem o status de poder da história dominante. A descolonização metodológica necessita da descolonização da própria concepção da pesquisa, o que inclui a motivação, o(s) método(s) e o(s) meio(s) de socialização dos resultados. O sentimento-pensamento do homem nascido e guiado no/pelo sistema-mundo ocidental-branco-capitalista-judaico-critão-patriarcal decerto que difere dos seres concebidos à lógica comunitária-libertária e que têm a terra por mãe. De forma que, a ruptura desse ciclo compreende o questionamento (e desconstrução) do paradigma da cientificidade, da autoridade prolatora do conhecimento, da forma de elucidação deste e dos fatos relevantes.

Boaventura de Sousa Santos (2009) considera o conhecimento como linguagem política responsável por traduzir a práxis social, de forma inteligível, trazendo-a ao plano da existência. Esta compreensão denota que a concepção moderna do conhecimento, é dotada de intencionalidade nociva à coexistência de saberes, partindo-se do pressuposto que a imposição de uma forma de saber é uma manifestação de controle político. Desta maneira, a colonização dos saberes não implica apenas a subalternização de outros saberes ou o impedimento de que grupos não-hegemônicos o apreendam, mas implica também na alienação do fazer histórico e cultural de uma dada comunidade, levando-a a ignorar os percursos formativos que ultrapassem a normalidade concebida, ainda que lhe sejam natos.

A ciência, tal como propagada, rejeita a história oral, os conhecimentos exteriores à academia, ao passo em que a sociedade é compelida a crer nas informações publicadas nas grandes mídias e a admirar os estereótipos e estigmas que dissemina, assim como à aceitar a versão “oficial” da verdade, manifesta no poder do Estado em controlar suas vidas, seja no exercício da sua função administrativa, legislativa ou judiciária. O que passa à margem desta conformação é a forma de ser, viver e sentir das subalternidades que não possuem aval para falar ou exercer formas de conhecer, ser, viver e sentir que dissonem a limitação cognitiva imposta pela cultura moderna/hegemônica. Entretanto, estes grupos resistem, re-existem, e permanecem com uma dimensão sensitiva-emotiva que não pode ser apreendida pelos rígidos padrões da produção da ciência moderna, essa áurea não pode ser afetada pelas formas extrativistas do *conhecer*.

Nesse sentido, a fim de afastar qualquer caráter extrativista do fazer científico tem-se os critérios instrumentais e, sobretudo, a postura/referência do pesquisador, a fim de que os sujeitos envolvidos na pesquisa não sejam objetificados, e que esta seja realizada de forma a evidenciar o conhecimento auscultado, abdicando da ótica do pesquisador, ou seja, exercer uma ciência não extrativa se dá com a aprendizagem, pelo pesquisador, do sentimento (carga valorativa que reflete posicionamento histórico, político, ainda que silente) existente e propulsor de determinado contexto.

Conforme a explanação do jornalista e professor Sérgio Vilas Boas, os perfis biográficos constituem texto sensível às trajetórias individuais ao passo em que refletem, também, contextos sociais, pois permitem a apreensão de aspectos enunciativos que, em contraposição à uma cientificidade mecânica de coleta de dados, permita a expressão de uma lógica diferenciada de percepções. Os perfis biográficos,

cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor. Acredito que a empatia também facilita o autoconhecimento (de quem escreve e de quem lê). (VILAS BOAS, 2003, p. 14)

Isto porque, além do caráter narrativo-descritivo, este tipo textual nasce no âmbito das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais no termo “Histórias de Vida”, modalidade que “dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea”, (VILAS BOAS, 2003, pp. 16-17).

Concordando com o professor, a criação, a escrita, o discurso, são processos multidimensionais que, como argumentado supra, possuem forte carga política, ainda que silente. A escrita de um livro de cunho paradidático com perfis de membros da comunidade remanescente quilombola de Volta Miúda, é um ato que corrobora à urgência das pautas relativas à justiça social no Brasil, e é também uma síntese de memória, conhecimento e sentimento – caractere incompatível às métricas da modernidade que, em seu discurso, coisifica e mina a humanidade dos seres.

Concebendo um instrumento para um ensino libertário

O livro paradidático deverá organizado em duas partes. A primeira, introdutória, a fim de instrumentalizar a sua utilização pelos docentes, apresentará a obra e a perspectiva epistemológica da descolonização do ensino, abertura lastreada pela Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – alterada pelas leis nº 10.639/05 e 11.645/08. E a segunda parte contará com os perfis biográficos dos entrevistados, de forma a contextualizar a história e cultura afrodescendente da comunidade e, oportunamente, evidenciar aspectos relatados que tenham sido invisibilizados pelo discurso dominante. Todo o texto verbal deverá ser acompanhado por ilustrações que facilitem a contextualização dos relatos.

Os sujeitos protagonistas desses perfis serão as anciãs e anciãos da comunidade, de forma a privilegiar as lembranças mais antigas.

(...) A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 46-47)

Nos dizeres de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, as memórias forjadas no âmbito do cativo, ou partir dele, têm o condão de recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e de “desnaturalizar a noção de raça, percebendo as categorias e identidades raciais como construções sociais historicamente determinadas”, (2005, p. 29). Carlos Vogt e Peter Fry criticam a tergiversação sobre o fenômeno da “resistência cultural”, alegando que a resistência dos traços culturais afrodescendentes “não é um processo simples que se dá no confronto entre duas culturas imutáveis no tempo”, pois, ao conceber a resistência como “sintoma de certa pujança metafísica das culturas africanas”, pretere-se a consciência quanto aos enfrentamentos entre grupos, categorias e indivíduos, “para quem a cultura orienta a ação política e é ao mesmo tempo uma arma usada para empreende-la” (1996, p. 25).

A apreensão do *phatos* dialoga com a negação do ser humano e ao distanciamento científico que gera grande indiferença de alguns às lutas de outrem, à incompreensão e negação às subalternidades. Reconhecendo-se que não há humanidade na ausência do sentir; que não pode haver uma ciência não extrativista sem o autoconhecimento da razão que nos move enquanto pesquisadores ou sem a sensibilidade para a apreensão do contexto sobre o qual nos lançamos, é possível que haja a construção de pontes à deflagração de novas perspectivas e preteridos e pretéritos contextos, de formas invisibilizadas de ser e sentir.

A metodologia da história oral, que “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo” (ALBERTI, 2005, p. 18), será o caminho para o encontro com a comunidade. E, com vistas à respeitar a liberdade de os sujeitos de pesquisa evidenciarem os aspectos que sejam relevantes para a sua história e para a sua comunidade, a coleta de dados se dará a partir de entrevistas semiestruturadas, a fim de permitir o desenvolvimento da abordagem

subjetiva e sua reflexão (FLICK, 2009, p. 148-154), do tipo temática, versando prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, conforme Alberti (2007, p.175). Considerando que um questionário detalhado e preciso, limitaria o desenvolvimento do discurso da testemunha.

José Maurício Arruti, em *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola* (2008), ao levantar os significados atribuídos ao termo “quilombo”, assevera que a “categoria ‘remanescente de quilombos’ é um exemplo privilegiado de como o poder simbólico de nomeação depositado no Estado pode, ao menos em parte, criar as próprias coisas nomeadas” (2008, p. 121). Para ir além dos estigmas, o caminho metodológico da história oral adequa-se à busca de conhecer quem são os sujeitos remanescentes quilombolas de Volta Miúda, os traços culturais afrodescendentes que os conformam, assim como os marcos temporais que são, para eles, significativos para a compreensão da história da comunidade.

A ausculta orientada visa à compreensão da comunidade, para Paul Thompson, “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (1992, p. 197). Assim, as falas captadas e as leituras sobre o processo de entrevista gozam de espaço e importância na constituição do trabalho. Nesse sentido é que Alberti (2005, p. 100) ensina que tais observações sejam registradas, no caderno de campo, tais como: descrição das entrevistas, dificuldades e interrupções, informações obtidas e que não foram gravadas, reação dos entrevistados, como se deu a finalização da entrevista, entre outros, para a composição do trabalho final.

Considerações finais

A criação de um instrumento para a promoção de um ensino descolonizado é, sobretudo, uma resposta à ética emancipatória dos direitos humanos que, conforme a jurista Flávia Piovesan (2014, p. 337), demanda transformação social. A realização da cidadania necessita de uma educação apta à elucidação das relações étnico-raciais e da reflexão sobre o papel dos diversos povos para a constituição do Estado e sociedade, a fim de que cada pessoa possa exercer, em sua plenitude, suas potencialidades e habilidades, sem violência ou discriminação.

Descolonizar é, antes de tudo, reconhecer o outro como a si mesmo. Contrariando a mimética de que o direito de um termina quando o direito do seu próximo começa, os direitos só serão plenamente garantidos com a possibilidade da sua coexistência. A ética emancipatória da ciência pensada a partir da lógica do sul, nada mais é do que a abertura para dignificação e propagação de outras formas de saber e sentir, historicamente silenciadas – porque são, de fato, sinônimos de liberdade. Importante que se diga que isto não significa, como nos perfis a serem compostos, a ausência de conflitos, mas a utopia da preservação da dignidade coletiva preponderante aos interesses individuais – seja de um indivíduo, singularmente, ou do seu grupo.

Reconhecer humanidades e lutas é o grande objetivo deste instrumento – o livro paradigmático composto por perfis biográficos dos anciãos da comunidade remanescente quilombola de Volta Miúda/BA. Uma proposta concebida a partir da autocrítica que deve ser inerente ao fazer científico, a fim de que este não reproduza as máculas que forjaram a sua própria existência, e se apresente como centralidade para os que o cerque. A ciência moderna ensina a reconhecer as centralidades e viver à sua perspectiva, e é justamente este ciclo que o livro espera romper, para que as crianças e adolescentes quilombolas não sejam ensinados à margem da sua própria essência. Decerto outros futuros e brasis seriam possíveis e realizáveis, se as cidadãs e cidadãos brasileiros houvessem sido, desde outrora, ensinados e incentivados ao exercício da alteridade e da compaixão.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Fontes Orais**. História Dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2007, p. 155-202.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CABECINHAS, Rosa; NHAGA, Nesilita (2008), “Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal”. In Cabecinhas, Rosa; Cunha, Luís (ed.) **Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios**. Porto: Campo das Letras, p. 109-132.

EDIÇÕES EDUCATIVAS DA EDITORA MODERNA. **Projeto Buriti: História**. Ensino Fundamental I. 4º ano. São Paulo: Moderna, 2013.

MATTOS, Hebe Maria, ABREU, Marta. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Dossiê Novas etnicidades no Brasil: Quilombolas e índios emergente**. Berlim: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, Ano XI, n. 42, pp. 147-160.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “Ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências** revistado. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 7. edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-71.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VILAS BOAS, Sérgio. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. **Cafundó**: a África no Brasil: linguagem e sociedade.
São Paulo: Companhia das Letras, 1996.